



## Cronologia do processo da Ordem dos Assistentes Sociais

### 2019

**25 de setembro 2019** – É publicada a Lei 121/2019 que cria a Ordem dos Assistentes Sociais

**5 de julho 2019** – É votada na Generalidade a Ordem dos Assistentes Sociais

É apresentado um texto de Substituição pela Comissão de Trabalho e Segurança Social relativo aos Projetos de Lei n.ºs 666/XIII/3.<sup>a</sup> (PS) – Cria a Ordem dos Assistentes Sociais; e 789/XIII/3.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Criação da Ordem dos Assistentes Sociais;

Favor – PS, CDS-PP, PAN e 4 Deputados do PSD

Contra – Ninsc e 1 Deputado do PS

Aprovado Abstenção – PSD, BE, PCP, PEV, 2 Deputados do PS e 2 Deputados do CDS-PP

O PS e o CDS-PP retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição.

**7 de Fevereiro 2019** – Foi enviado à 10.<sup>a</sup> Comissão de Trabalho e Segurança Social e à Coordenadora do Grupo de Trabalho - Ordens Profissionais, o seguinte esclarecimento, relativo ao assunto Universidade Aberta - Ordem dos Assistentes Sociais:

(...)

*Relativamente ao assunto supra referido, e tendo em conta que importa esclarecer os fundamentos que determinam que os diplomados da licenciatura em " Ciências Sociais com menores em Serviço Social" não estarem habilitados a exercer funções como Assistentes Sociais, juntamos o parecer da Direção Geral do Ensino Superior, de 10 de maio de 2010.*

*Na verdade o parecer especifica ainda " que um ciclo de estudos com menores, sendo composto por um tronco comum e uma parte específica para o minor pretendido , habitualmente corresponde a um semestre ou a um ano, não terá em princípio, o mesmo peso de um ciclo que seja direccionado para a área minor"*

### 2018

- **23 de Maio 2018** – Pedido de Audiência à Comissão do Trabalho e Segurança Social

- **11 de Abril 2018** - Audiência com o Grupo Parlamentar do PSD com a Deputada Joana Barata Lopes – Em representação APSS: Maria Joaquina Madeira e Francisco Branco

- **09 de Abril – 09 junho 2018** – O processo de trabalho da Comissão do Trabalho e Segurança Social sobre a análise da criação Ordem dos Assistentes Sociais está em apreciação pública

- **09 de Março 2018** – Os **Projetos Lei 789/XIII - 666/XIII - Criação da Ordem dos Assistentes Sociais**, foram apresentados em sessão plenária da Assembleia da República. Quer um projeto quer outro, foram apresentadas por deputados de ambos os partidos proponentes, nomeadamente, PS Catarina Marcelino e CDS-PP Filipe Anacoreta Correia.

Depois da apresentação, os projetos baixaram à Comissão para discussão na sua especialidade.

Nas galerias, estiveram presentes dezenas de Assistentes Sociais, que num dia muito chuvoso e com condições climatéricas difíceis, se deslocaram de vários pontos do país, para assistirem em direto ao sonho que acalentam há cerca de 20 anos.



- **08 de Fevereiro 2018** - Audiência com o Grupo Parlamentar “ Os verdes” - Representação APSS: Francisco Branco e Regina Vieira

## 2017

- **14 de outubro de 2017** - Mensagem enviada a todos os associados

“ *Caras colegas*

*Depois de obtido o parecer no ministério da tutela (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social) o projeto da ORDEM foi reapresentado na mesa da Assembleia da República.*

*Aguarda agendamento no plenário, o que se prevê que aconteça na 2ª metade do mês de novembro.*

*Estamos a prosseguir as diligências junto dos vários grupos parlamentares, atualizando a informação e solicitando a sua atenção e apoio ao assunto (que tarda em ter uma resolução favorável).*

*Os contactos feitos até ao momento são muito encorajadores.*

*Sabemos que contamos com as diligências de muit@s Assistentes Sociais, designadamente junto de parlamentares da sua rede de relações e de espaços de trabalho e/ou residência.*

*Por isso dizemos que a luta continua e a esperança segue ao lado!*

*A Direção”*

- **21 de Setembro 2017** – Entregue ao Grupo Parlamentar do PS o “ **Anteprojecto de Estatuto Profissional do Assistente Social”** reformulado conforme proposto.

- **27 de julho 2017** - O Grupo Parlamentar do PS devolveu à APSS o projeto de Estatuto da Ordem enviado anteriormente, com o pedido de alguns esclarecimentos;

- **05 de Julho 2017** – Reunião na Assembleia da Republica com o Grupo Parlamentar do PS

Foi dado a conhecer o teor do parecer do Ministério da Tutela. Foi proposto que a APSS reformulasse o “ **Anteprojecto de Estatuto Profissional do Assistente Social”**.

De acordo com essas orientações, ficou prevista uma nova reunião com o Grupo Parlamentar do PS para a 2ª semana de Setembro.

Representação da APSS na reunião: Maria Joaquina Madeira, Fernanda Rodrigues e Francisco Branco.

- **Janeiro-Junho** – Diversos contactos informais com o grupo parlamentar PS, nomeadamente com o Secretário-Geral, que reafirmou o seu compromisso de apresentação da proposta para a criação de uma ordem para a categoria profissional dos Assistentes Sociais.

- **Março 2017** – A APSS foi informada ter sido solicitado ao Ministro do Trabalho e Segurança Social um parecer conforme previsto na Lei 12/2013 de 10 de Janeiro.

## 2016

- **12 de dezembro de 2016** – Audiência com o Grupo Parlamentar CDS-PP – Representação APSS: Maria Joaquina Madeira e Maria Eugénia Duarte

- **12 de outubro 2016** – Audição da APSS na Comissão de Segurança Social e de Trabalho – Representação APSS: Maria Joaquina Madeira e Isabel Fazenda

- **06 de outubro de 2016** – Audiência com o Grupo Parlamentar PS – Representação APSS: Maria Joaquina Madeira e Regina Vieira

- **13 de julho de 2016** – Audiência com o Grupo Parlamentar do PSD – Representação APSS: Francisco Branco, Graça André e Regina Vieira



- **05 de julho de 2016** – Audiência com o Grupo Parlamentar do PAN – Representação APSS: Maria Joaquina Madeira e Regina Vieira
- **29 de junho de 2016** – Audiência com Grupo Parlamentar do PCP – Representação APSS: Maria Joaquina Madeira e Carla Récio
- **21 de junho de 2016** – Pedido de audiência aos Grupos Parlamentares enviando em anexo os documentos anteriormente referidos da processo de constituição da Ordem Profissional
- **14 de junho de 2016** – Remetido processo de constituição da Ordem Profissional ao Presidente da Assembleia da República onde constavam os seguintes documentos:
  - Anteprojeto de Estatuto Profissional do Assistente Social
  - Relatório Final – “*O campo profissional do Serviço Social: estudo sociológico tendo em vista a constituição da Ordem Profissional dos Assistentes Sociais.*” 7/2010
  - Proposta do Grupo Parlamentar PS para a Constituição da Ordem dos Assistentes Sociais.
  - Proposta do Grupo Parlamentar PSD-CDS para a Constituição da Ordem dos Assistentes Sociais.

## 2015

- 22 de julho de 2015 – O projeto-lei nº 896/XII que propunha a criação da Ordem dos/as Assistentes Sociais foi reprovado em reunião plenária da Assembleia da República no dia 22 de Julho de 2015 com os votos a favor do PS, BE, Abstenção do PCP, PEV e deputados Artur Rego e Teresa Caeiro (CDS-PP), e os votos contra do PSD, CDS-PP e deputados Isabel Moreira e António Braga (PS).
- 16 de julho de 2015 – Audição do ISCSP – Professor Doutor Manuel Meirinho –Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Pode visualizar o vídeo na seguinte ligação:  
<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudicao.aspx?BID=100713>
- 14 de julho de 2015 – Audição da CNIS – Dr.ª Filomena Bordalo – Assessora de Direção. Pode visualizar o vídeo na seguinte ligação:  
<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudicao.aspx?BID=100689>
- 14 de julho de 2015 – Audição da CNOP - Presidente Dr. Orlando Monteiro da Silva e Dr.ª Filipa Carvalho. Pode visualizar o vídeo na seguinte ligação:  
<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudicao.aspx?BID=100688>
- 9 de julho de 2015 – Audição da APSS na Comissão de Segurança Social e Trabalho. Pode visualizar o vídeo na seguinte ligação:  
<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudicao.aspx?BID=100670>
- 26 de junho de 2015 – Projeto de Lei 896/XII baixa à Comissão de Segurança Social e Trabalho.
- 26 de junho de 2015 – Estando agendada a **votação na generalidade**, esta não acontece atendendo a um requerimento do PS para que baixe à Comissão, sem votação, por 20 dias. O requerimento parece surgir por não estarem reunidas condições de votação favorável atendendo à posição manifestada pelo PSD.
- **25 de junho de 2015** – é discutido em plenário o Projeto de Lei 896/XII que **Procede à Criação da OAS, por iniciativa do PS. Recebe apoio do CDS-PP e declarações de não obstaculização do BE e do PCP. O PSD declara ter a necessidade de aprofundamento da matéria em sede de Comissão. A presença de assistentes sociais nas galerias foi bastante alargada. Pode visualizar o vídeo da sessão na seguinte ligação:**  
<https://www.youtube.com/watch?v=PJtfxQdTG5s&feature=youtu.be>



- 1 de junho de 2015 - É apresentada à AR a petição 522/XII/4 que pedia a votação na generalidade e especialidade do Projeto de Lei 896/XII que Proceda à Criação da OAS até ao término da XII Legislatura reuniu 5333 assinaturas recolhidas em apenas 6 dias. Consulte aqui a sua submissão: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=12648>

- 25 de maio de 2015 - São remetidas cartas da Presidente da Região Europa da Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS/IFSW-Europe), Cristina Martins, aos líderes dos grupos parlamentares e à presidente da Assembleia da República.

- 6 de maio de 2015 - **Projeto de Lei n.º 896/XII que procede à criação da Ordem dos Assistentes Sociais apresentado pelo PS [DAR II série A Nº.123/XII/4 2015.05.06 (pág. 23-49)].** Grupo de Deputados do PS que apresentam o projeto-lei: Sónia Fertuzinhos (PS), Catarina Marcelino (PS), Mário Ruivo (PS), Idália Salvador Serrão (PS), João Paulo Pedrosa (PS), Miguel Laranjeiro (PS), Nuno Sá (PS), António Cardoso (PS), Inês de Medeiros (PS), Vieira da Silva (PS), Luísa Salgueiro (PS), Elza Pais (PS), Ivo Oliveira (PS)

**Ver tramitação completa:**

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=39413>

- 22 de abril de 2015 - um grupo de deputados do PSD (Açores) pede esclarecimentos ao governo sobre a OAS. Consulte as questões e as respostas do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares na seguinte ligação: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePerguntaRequerimento.aspx?BID=86720>

- Continuam as negociações entre o CDS-PP com o PSD e o PS. Face ao impasse do projeto-lei do CDS-PP/PSD, o PS toma a iniciativa de apresentar o seu projeto-lei.

- São mantidos contactos permanentes com os Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PS, que haviam manifestado apoio ao processo na audiência de 13 de março de 2014.

## 2014

- outubro/novembro de 2014 – O grupo parlamentar do CDS-PP faz saber à APSS que vai apresentar um projeto-lei em conjunto com o PSD.

- 13 de março de 2014 – Audiência com a Comissão Parlamentar da Segurança Social e do Trabalho. Estiveram a representar a APSS Fernanda Rodrigues, Sónia Guadalupe, Cristina Rodrigues e Victor Munhão.

A sessão do Grupo de Trabalho da Comissão foi presidida por Maria das Mercês Borges (PSD), tendo estado presentes os deputados Clara Marques Mendes (PSD), João Figueiredo (PSD), Sónia Fertuzinhos (PS), António Cardoso (PS) e Artur Rêgo (CDS-PP).

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudiencia.aspx?BID=95391>

Pode ser ouvida aqui: [http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/3SL/COM/10-CSST/CSST\\_GT\\_A/CSST\\_GT\\_A\\_20140313.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/3SL/COM/10-CSST/CSST_GT_A/CSST_GT_A_20140313.mp3)

## 2013

- outubro e novembro de 2013 – Diversos contactos com Grupos Parlamentares e Deputados.

- 17 de julho de 2013 – Audiência com Grupo Parlamentar do CDS-PP, representado pelos consultores António José Batista e Otília Ferreira. Estiveram a representar a APSS Francisco Branco, Sónia Guadalupe e Victor Munhão.

- 16 de julho de 2013 – Audiência com Grupo Parlamentar do PSD. Estiveram a representar a APSS Francisco Branco, Graça André e Victor Munhão.

- 12 de junho de 2013 – Audiência com Grupo Parlamentar do PS. Estiveram a representar a APSS Fernanda Rodrigues, Pedro Pina e Victor Munhão. Pelo GPPS estiveram presentes: Sónia Fertuzinhos – Vice-Presidente do GPPS, Nuno Sá - Coordenador dos Deputados na CSST; Luísa Salgueiro – Deputada na CSST; Eduardo Quinta Nova – Chefe de Gabinete do GPPS; Elza Pais e Manuel Pizarro.

- 27 de maio de 2013 - Contactos da Delegação Regional do Algarve com a Dra. Elsa Cordeiro do círculo de Faro do



Grupo Parlamentar do PSD.

- 25 de maio de 2013 - Contactos da Delegação Regional do Algarve com o Dr. Artur Rêgo do círculo de Faro do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

- 10 de maio de 2013 – A APSS apresenta novamente à Assembleia da República e à Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho a sua proposta de anteprojeto de Estatuto Profissional do Assistente Social e de criação da Ordem dos Assistentes Sociais. É ainda remetido o processo a cada um dos Grupos Parlamentares.

- 06 de abril de 2013 - É apresentada em Assembleia Geral Extraordinária da APSS a revisão do Estatuto Profissional do Assistente Social (incluindo a criação da Ordem dos Assistentes Sociais) decorrente da entrada em vigor da Lei 2/2013.

- 19 de janeiro de 2013 – É publicada a Lei n.º 2/2013. A APSS toma medidas para dar cumprimento aos requisitos da nova lei.

- 16 de janeiro de 2013 – A APSS cumpre 35 anos desde a sua fundação em 1978, sendo reiterada, nas comemorações, a premente necessidade de regulação profissional.

## 2012

- A APSS articula com jurista para dar cumprimento aos requisitos da nova legislação na alteração do Projeto de Estatutos da Ordem dos Assistentes Sociais.

- 25 de outubro de 2012 - Audiência com o Grupo Parlamentar do PS. Estiveram presentes os Deputados: Carlos Zorrinho, Sónia Fertuzinhos, Manuel Pizarro, Nuno Santos (pelo PS) e Fernanda Rodrigues, Cristina Rodrigues, Ped.ro Pina e Odete Ferrajota (pela APSS). Registamos a disponibilidade de apoio do PS ao projeto da Ordem

- 19 de outubro de 2012 - A APSS recebe um grupo de assistentes sociais que representam o Movimento Assistentes Sociais pela Ordem (MASO). Este Movimento expressou o seu interesse em desenvolver atividades em prol do reconhecimento da Ordem. Sendo a condução do processo da responsabilidade da APSS, fica combinado que a APSS colaborará sempre que possível presencialmente nas sessões de informação e dinamização que venham a ser promovidas.

- 19 de outubro de 2012 - apresentação e debate do projeto de constituição da Ordem no I Forum Internacional de Serviço Social – ISCTE-IUL.

- 25 de setembro de 2012 – Audiência com a Comissão Parlamentar da Segurança Social e Trabalho. Representada pelos Deputados: Clara Marques Mendes (que presidiu), Margarida Almeida (PSD), Artur Rego (CDS), J. Paulo Pedrosa (PS), Mariana Aiveco (BE), Rita Rato e Paula Santos (PC). A APSS, representada por Fernanda Rodrigues, Maria Graça Rafael e Maria de Deus Frazão, apresentou as razões do pedido de audiência. Fez-se referência ao percurso que o assunto já leva na Assembleia da República. Com a preparação da nova legislação esta será a terceira reapresentação do projeto. Evidenciou-se ainda o esforço financeiro, profissional e pessoal que tem sido investido neste processo e o descrédito que esta trajetória induz por relação às instituições envolvidas. A categoria profissional dos Assistentes Sociais está desagrada com todo o processo e tem-no mostrado por diversas vezes. Mais uma vez se destacou que não é uma questão de corporativismo mas antes uma tentativa de resolver a desregularão total da profissão quer ao nível da formação que ao nível profissional. Se o Estado não tem desempenhado nem querido desempenhar essa competência, os Assistentes Sociais estão preparados para fazê-lo através da Ordem. Informou-se que respondemos à consulta pública sobre o novo dispositivo legal em preparação, sobretudo salientando que deveria ser levado em conta o fato de haver entidades que já iniciaram o processo segundo a legislação anterior (e que para tal cumpriram os requisitos que a lei previa). Todos os representantes partidários mostraram compreender a situação, mas consideraram que só no novo quadro legal poderá ser dado andamento ao processo. O CDS e o PSD manifestaram disponibilidade para um acompanhamento próximo da matéria e até para tomar a iniciativa legislativa necessária. O PS mostrou disponibilidade para reapreciação do assunto à luz dos novos requisitos. O BE e o PC não tomarão a iniciativa legislativa, mas não a hostilizarão. Foram feitas várias referências de muita apreciação pela profissão e pela(o)s profissionais. Não há informação segura sobre a data de finalização do processo legislativo em curso (depois da

aprovação na generalidade que teve lugar dia 20 de setembro, segue-se a regulamentação na especialidade).  
<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudiencia.aspx?BID=93585>

- 21 de setembro de 2012 – a proposta de lei é aprovada na generalidade. Pode consultar a sua tramitação aqui:  
<http://www.parlamento.pt/actividadeparlamentar/paginas/detalheiniciativa.aspx?bid=37207>

- 24 de maio de 2012 – A APSS, após analisar o anteprojeto de lei e todas as suas implicações, veio a participar na consulta pública, através de carta dirigida ao Sr. Ministro da Economia e do Emprego, considerando ser absolutamente necessário que “a nova lei preveja explicitamente um regime transitório específico para as associações públicas em processo legislativo de criação, com o qual se: a) salvaguardem as expectativas criadas pelo anterior processo legislativo; b) acautelem os legítimos interesses materiais dos organismos proponentes já referenciados; c) adotem, nestas situações, um procedimento específico para a análise da eventual necessidade de adequação dos Projetos de Estatuto / Ordem Profissional em processo de tramitação legislativa na Assembleia da República.”

- 8 de maio de 2012 – A APSS, convidada pelo grupo parlamentar do CDS-PP por ocasião das comemorações do Dia Mundial da Segurança Social na Assembleia da República, é representada por Sónia Guadalupe e Graça Rafael, estabelece novos contactos com o Deputado Artur Rêgo (CDS-PP), Deputada Margarida Almeida (PSD) e entrega em mãos o pedido de uma audiência ao Sr. Presidente da Comissão de Segurança Social e Trabalho, Deputado José Manuel Canavarro.

- 5 de maio de 2012 – A APSS reúne para decidir as medidas a tomar face ao novo quadro suscitado pelo anteprojeto de lei, iniciativa que desconhecia totalmente.

- 19 de abril de 2012 – “O Conselho de Ministros de 19 de abril aprovou um anteprojeto de proposta de lei sobre o regime jurídico das associações públicas profissionais. O novo regime procura estabelecer regras claras e transparentes sobre o acesso e o exercício de profissões reguladas por associações públicas profissionais, no que diz respeito, por exemplo, à livre prestação de serviços, à liberdade de estabelecimento, a reservas de atividade, a estágios profissionais, a regimes de incompatibilidades e impedimentos, a publicidade, à carteira profissional europeia e à disponibilização generalizada de informação relevante sobre os profissionais e sobre as respetivas sociedades. Pretende-se, por um lado, uma melhor articulação do regime jurídico das associações públicas profissionais com o sistema de direitos, liberdades e garantias fixado na Constituição - em especial, com a liberdade de profissão - e, por outro, o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português no Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica.”

- 4 de abril de 2012 – Audiência com o Dr. David Carvalho Martins, Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado do Emprego do Ministério da Economia e do Emprego.

- 24 de março de 2012 – A APSS reúne em Assembleia Geral Extraordinária: “Face ao termino do mandato dos atuais corpos sociais e considerando a necessidade de desenvolver novos esforços que possam, face ao novo mandato da Assembleia da República, contribuir de forma efetiva para a criação da Ordem Profissional dos Assistentes Sociais, na minha qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, propus aos atuais corpos sociais a prorrogação do seu mandato até 31 de dezembro de 2012, por forma a que a APSS esteja em condições de realizar todas as ações e diligências necessárias ao processo da Ordem dos Assistentes Sociais. Nestes termos, torna-se imperativo a convocatória de uma Assembleia Geral Extraordinária que aprecie esta matéria e em caso de decisão favorável proceda ao preenchimento dos cargos entretanto vagos por demissão e indisponibilidade de exercício do cargo para além do termo do mandato atual.” (Professor Doutor Francisco Branco). A Assembleia decidiu a prorrogação do mandato dos atuais corpos sociais até 30 de junho de 2012, decorrendo o ato eleitoral até essa data.

- 8 de março de 2012 – Após a APSS solicitar uma nova ronda de audiências com todos os grupos parlamentares e com S. Exa. a Presidente da Assembleia da República, Dra. Assunção Esteves. Destes pedidos, foram realizadas duas:

- Audiência com o Grupo Parlamentar do CDS-PP, com o Deputado Dr. Artur Rêgo, que avança o apoio e compromisso de esforço no sentido de vir a ser tomada a iniciativa parlamentar. A APSS faz-se representar por Francisco Branco, Ana Martinho e Pedro Pina.

- Audiência com o Grupo Parlamentar do PCP, com o Deputado Dr. Jorge Machado, que mantém as posições anteriores. A APSS faz-se representar por Francisco Branco, Ana Martinho e Pedro Pina.



- 7 de fevereiro de 2012 - Realiza-se uma audiência com o Adjunto do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. João Condeixa. Nesta audiência são discutidos os dois assuntos relativos ao primeiro pedido de audiência. Voltamos a manifestarmo-nos disponíveis para que especialistas da profissão colaborem nos processos referidos atrás. É-nos comunicado que receberemos um dossier para análise brevemente. Relativamente à Ordem somos informados que o pedido de parecer transitou para outro Ministério. Por sugestão deste e com a sua colaboração, é enviado um pedido de audiência ao Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego, Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho. Aguardamos resposta e novidades relativamente a ambos os assuntos tratados.

- 3 de fevereiro de 2012 - Na sequência dos contactos da Delegação dos Açores, a Direção Nacional da APSS tem uma audiência com S. Exa. Dr. Mota Amaral na Assembleia da República. Por sua iniciativa, este dirige cartas a todos os líderes parlamentares e ao Sr. Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, apelando e solicitando à sua mobilização para clarificação definitiva deste processo.

- janeiro a março - São levados a cabo diversos contactos, audiências e solicitações de audiência no âmbito deste processo, com a colaboração ativa das Delegações Regionais da APSS, nomeadamente junto de membros do Governo e de deputados eleitos pelos diferentes círculos eleitorais regionais.

A Delegação Regional do Algarve realizou várias audiências com os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Faro, dos diferentes quadrantes políticos, designadamente com:

- Dr. Pedro Roque, deputado do PSD, dia 21 de janeiro de 2012, em Portimão;
- Dr. Cristóvão Norte, deputado do PSD, dia 28 de janeiro de 2012, em Faro;
- Dra. Elsa Cordeiro, deputada do PSD, dia 04 de fevereiro de 2012, em Tavira;
- Dr. Paulo Sá, deputado do PCP, dia 06 de fevereiro de 2012, em Faro;
- Dra. Cecília Honório, deputada do Bloco de Esquerda, dia 06 de fevereiro de 2012, em Faro;
- Dr. Miguel Freitas, deputado do PS, dia 06 de fevereiro de 2012, em Faro;
- Dr. Artur Rêgo, deputado do CDS-PP, dia 25 de fevereiro de 2012, em Lagos;
- Dr. José Mendes Bota, deputado do PSD, dia 03 de março de 2012, em Loulé;
- Mário Simões, deputado do PSD, dia 21 de maio de 2012, em Beja;
- Dr. Luís Pita Ameixa, deputado do PS, dia 21 de maio de 2012, em Beja;
- Dr. Artur Rêgo, deputado do CDS-PP, dia 08 de dezembro de 2012, em Lagos

- A Delegação Regional do Norte realizou as seguintes audiências:

- Deputado Jorge Machado, do PCP, dia 24 de fevereiro, na sede do PCP;
- Deputada Luisa Salgueiro, do PS, dia 12 março, no Porto;
- Deputada Vera Rodrigues, do CDS-PP, dia 19 de março, no Porto.

- As Delegações Regionais do Centro e Madeira têm levado a cabo contactos no sentido de marcar audiências com deputados eleitos pelos círculos regionais.

- A Delegação Regional dos Açores encetou contactos com deputados eleitos pelos Açores. Tendo em consideração o conhecimento do processo por parte de S. Exa. Dr. Mota Amaral, ex-Presidente da Assembleia da República, foi levado a cabo um estreito contacto com este.

## 2011

- No dia 15 de março de 2011 (Dia Mundial do Serviço Social) a APSS promoveu uma Concentração junto à Assembleia da República no sentido de reclamar uma clarificação do Parlamento sobre a criação da Ordem dos Assistentes Sociais.

- No mês de março de 2011 (dia 15 e dias seguintes) representantes da APSS foram recebidos novamente em audiências parlamentares pelos Grupos Parlamentares do Partido Socialista, Partido Comunista Português, partidos Os Verdes e Partido Social Democrata, no sentido de reclamar a clarificação sobre o processo. Não se concretizou



o agendamento das audiências com os restantes grupos e com o Presidente da Assembleia da República e Presidente da Comissão Parlamentar do Trabalho, Assuntos Sociais e Administração Pública porque foi dissolvido o Parlamento.

- A Assembleia da República é dissolvida e são convocadas eleições, iniciando-se nova legislatura. Note-se que o processo foi retomado formalmente na presente legislatura após ter terminado o debate em torno do Orçamento de Estado, que se constitui como impedimento para sermos recebidos antes na Assembleia da República.

- 12 de setembro de 2011 - A APSS envia duas cartas a Sua Excelência o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Pedro Mota Soares, solicitando uma audiência sobre o processo de regulação da profissão, tendo em conta um pedido de parecer a este Ministério do anterior governo, e manifestando a disponibilidade e interesse da APSS em colaborar no debate, aprofundamento e aperfeiçoamento das medidas de política social a implementar no processo de reforma da proteção social que se anunciava. Destas cartas não recebemos resposta.

- No dia 19 de outubro de 2011 - A APSS foi ouvida em audiência efetuada pelo Grupo de Trabalho da 10ª CSST – Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho.

Relatório da audiência:

<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d54424455314e554c306455515656454d54425953556b765247396a6457316c626e52766330466a64476c32615752685a4756446232317063334e68627938774f47526a596d51784f5330324d5749784c54526c4d474d74596d466b4f5330784e6a6c6a4e6a5577596d526c4d446b755a47396a&fich=08dcbd19-61b1-4e0c-bad9-169c650bde09.doc&Inline=true;>

Ficheiro áudio da

audiência: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudiencia.aspx?ID=91320>

- 12 de dezembro de 2011 - A APSS insiste junto do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, voltando a solicitar uma audiência.

## 2010

- Nos meses de novembro e dezembro de 2010 a APSS teve as seguintes audiências na Assembleia da República:
  - Audiência com o Grupo Parlamentar do CDS - Partido Popular, representado pelo deputado Artur Rego. A APSS fez-se representar por Fernanda Rodrigues, Francisco Branco e Isabel Fazenda.
  - Audiência com o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, representado pela deputada Maria das Mercês Borges e seu assessor. A APSS fez-se representar por Sónia Guadalupe Abreu e Isabel Fazenda.
  - Audiência com o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, representado pelo deputado Jorge Machado. A APSS fez-se representar por Francisco Branco e Sónia Guadalupe Abreu.
  - Audiência com o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, representado pela deputada Cecília Honório e sua assessora. A APSS fez-se representar por Fernanda Rodrigues, Ana Martinho e Isabel Fazenda.
  - Audiência com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, representado pelos deputados Francisco Assis e Maria José Gamboa. A APSS fez-se representar por Fernanda Rodrigues e Isabel Fazenda.
  - Audiência com o Grupo Parlamentar “os Verdes”, representado pelo deputado Joaquim Correia. A APSS fez-se representar por Fernanda Rodrigues, Ana Martinho e Isabel Fazenda.

Decorridas estas audiências com os Grupos Parlamentares, havia perspectivas de que o processo avançasse, tendo havido dois Grupos Parlamentares a manifestar claramente o interesse na iniciativa de apresentação da proposta de lei, nenhum outro colocou objeções claras ou uma posição de rejeição do processo.

- A Declaração de Almada, votada em plenário no II Congresso Nacional de Serviço Social, realizado nos dias 18 e 19 de novembro de 2010, reitera a necessidade urgente de consagração da Ordem.

Leia a Declaração aqui:

<http://www.apross.pt/apssbo/upload/Declara%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20de%20Almada.pdf>.





- Estiveram representados os diferentes Grupos Parlamentares na sessão de encerramento do II Congresso Nacional de Serviço Social, no dia 19 de novembro de 2010, tendo manifestado a sua perspetiva sobre o papel da profissão, assim como sobre o processo da Ordem dos Assistentes Sociais.

- No II Congresso Nacional de Serviço Social, realizado nos dias 18 e 19 de novembro de 2010, é manifestado o apoio à criação da Ordem por parte das seguintes organizações internacionais: *International Federation of Social Workers*, da *British Association of Social Workers* (Reino Unido), *Conselho Federal de Serviço Social* (Brasil), *Consejo General de Colegios Oficiales de Diplomados en Trabajo Social y Asistentes Sociales* (Espanha), *The Union of Professional Social Workers Talentia* (Finlândia).

- No dia 4 de novembro foram entregues cópias do processo a todos os Grupos Parlamentares e solicitadas audiências.

- No dia 27 de outubro de 2010 é remetido o pedido de reconhecimento da Ordem dos Assistentes Sociais a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, tendo sido submetido inicialmente à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e depois remetida à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, por se considerar que o objeto integra matéria eminentemente do âmbito desta comissão.

- São promovidas 9 audições públicas sobre o Estatuto Profissional com vista à criação da Ordem dos Assistentes Sociais, realizadas entre abril e maio de 2010 em: Funchal, Maia, Portimão, Matosinhos, Coimbra, Amarante, Faro, Viseu e Lisboa.

## 2009

- Continuam em desenvolvimento as medidas para dar cumprimento dos requisitos legais exigidos na Lei nº 6/2008 de 13 de fevereiro:

- a) Estudo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra “O campo profissional do Serviço Social: estudo sociológico tendo em vista a constituição da Ordem dos Assistentes Sociais”.
- b) Estatuto profissional e parecer jurídico (Elaborados por Luis Vale Lima, sob orientação do Professor Doutor Vital Moreira).

- Campanha de angariação de fundos para dar resposta aos custos implicados pelas exigências da lei.

## 2008

- São encetadas medidas para dar cumprimento dos requisitos legais exigidos na Lei nº 6/2008 de 13 de fevereiro:

- a) Estudo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra “O campo profissional do Serviço Social: estudo sociológico tendo em vista a constituição da Ordem dos Assistentes Sociais”.

- b) Estatuto profissional e parecer jurídico (Elaborados por Luis Vale Lima, sob orientação do Professor Doutor Vital Moreira).

- Foi votada por unanimidade uma moção de apoio à Criação da Ordem dos Assistentes Sociais em Portugal na Reunião de Delegados Comité Executivo da Região da Europa da *International Federation of Social Workers*, realizada nos dias 16 a 18 de maio no Porto.

- No dia 2 de abril de 2008 é discutida a referida petição em plenário da Assembleia da República, tendo esta sido apoiada pela generalidade dos partidos com assento parlamentar. Esteve presente um amplo grupo de assistentes sociais nas bancadas a assistir a esta discussão.

- A 24 de janeiro de 2008, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública da Assembleia da República recebeu os subscritores da petição pública por uma Ordem dos Assistentes Sociais, representados por Sónia Guadalupe (1ª subscritora) e por Fernanda Rodrigues e Francisco Branco (APSS), tendo aqui sido expostos os motivos e argumentos em defesa da Ordem Profissional ao Deputado Pedro Martin Graça, relator do relatório da audição. Apontou-se para que o processo da Ordem, na sequência da aprovação do Regime das Associações Profissionais Públicas, seja enquadrado neste novo regime.



- É publicada a 13 de fevereiro de 2008, a Lei nº 6/2008 relativa ao Regime das Associações Públicas Profissionais.

## 2007

- Em 1 de junho de 2007, a Lei-Quadro das Associações Públicas Profissionais, Projeto-Lei do Partido Socialista é discutida, na generalidade, em plenário da Assembleia da República. O Serviço Social marcou presença nas galerias com cerca de 70 colegas, entre estudantes e profissionais mobilizados por Ernesto Fernandes e Isabel Fazenda dos órgãos da APSS.

- Em 12 de maio de 2007, por iniciativa de Sónia Guadalupe em colaboração com a Direção da APSS, é dirigida uma Petição ao Senhor Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, subscrita por 3718 signatários, solicitando a reapreciação da proposta de criação da Ordem dos Assistentes Sociais (Petição 360/X/2ª).

## 2005

- Reunião de trabalho em novembro de 2005, na Assembleia da República com os deputados Alberto Martins, Maria José Gamboa e Paula Deus. Nesta reunião fomos informados de que proliferação de Ordens tem levantado a questão de uma Lei-Quadro, que será da iniciativa do Governo.

- Em julho de 2005, a Direção é informada que o processo foi encaminhado para o Coordenador dos Deputados do PS, na Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

- Após diligências e contactos informais, a Direção Nacional da APSS formaliza, em 8 de julho de 2005, junto do Presidente da Direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Dr. Alberto Martins, o pedido que a questão seja retomada em sede da Assembleia da República.

## 2003

- Em outubro de 2003, no I Congresso Nacional da Rede Nacional de Escolas de Serviço Social, Lisboa, é aprovada a Moção Pela Criação da Ordem dos Assistentes Sociais, dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia da República, com conhecimento a: Presidente da República, Primeiro-ministro, Ministro dos Assuntos Parlamentares, Ministro da Segurança Social e do Trabalho e Grupos Parlamentares.

- Apresentação formal à Assembleia da República e diligências junto dos partidos com assento no Parlamento, bem como do Presidente da Assembleia da República, Dr. Mota Amaral.

## 2002

- Aprovação do Projeto de Estatuto em Assembleia-geral da APSS, Lisboa, em 12 de novembro de 2002.

- Pedido de pareceres jurídicos sobre a criação da Ordem e projeto de estatutos (a Vital Moreira e Pedro Bacelar).

- Em maio de 2002, realiza-se em Aveiro o I Congresso Nacional de Serviço Social, que reitera o propósito da criação da Ordem dos Assistentes Sociais.

## 1997/2000

- Redação do Projeto de Estatuto da Ordem dos Assistentes Sociais.

- Debate a nível da categoria profissional sobre a criação de uma Ordem.



**APSS**  
Associação dos Profissionais  
de Serviço Social

#### NOTAS

Para a construção da cronologia foram consultadas as seguintes fontes:

Branco, Francisco (2005-2008). Por uma Ordem dos Assistentes Sociais. *Online in* <http://ordemassistentessociais.blogspot.com/>;  
Fernandes, Ernesto (2007). Projeto: Transformação da APSS em Ordem dos Assistentes Sociais. *Online in* <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2008/01/transformao-da-apss-em-ordem-dos.html#links>;  
Newsletter da APSS. *Online in* <http://www.apross.pt/interna.php?idsecao=18>